

A GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DOCUMENTAL DO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Geography in childhood education: document analysis of national curricular reference early childhood education and the national common curricular base

Sandra de Castro de Azevedo

Docente da graduação e mestrado em Geografia na UNIFAL-MG, Brasil

sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

Vitor Donizete da Silva

Graduado e Mestre em Geografia pela UNIFAL-MG, Brasil

vitor.donizete@sou.unifal-mg.edu.br

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

Resumo

A Geografia Escolar possui como um dos seus principais objetivos contribuir para que os estudantes desenvolvam por meio da abordagem dos seus conteúdos, um olhar geográfico compreendendo como suas práticas socioespaciais produzem o espaço e como eles enquanto produtores do espaço podem lutar por transformações. Para conseguirmos esse objetivo, é necessário que a geografia seja abordada com as crianças desde a Educação Infantil, dentro deste contexto, esta pesquisa realizou uma análise documental do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil e da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, documentos oficiais de períodos diferentes, que normatizaram os objetivos e conteúdos que devem ser desenvolvidos na educação infantil. Esta análise reforçou que existem nestes documentos possibilidades para trabalhar a geografia na educação infantil, mas para que isso ocorra é necessário pensar nas condições de trabalho do professor, em sua formação e em sua autonomia.

Palavras-chave: Geografia da infância, Geografia escolar, Crianças.

Abstract

School Geography has as one of its main objectives to help students develop, through the approach of its contents, a geographical look understanding of how their socio-spatial practices produce space and how they, as space producers, can fight for transformations. In order to achieve this goal, geography must be approached with children from childhood education; within this context, this research carried out a document analysis of the National Curricular Reference for Childhood Education and the National Common Curricular Base for Childhood Education, official documents from different periods, which standardized the objectives and contents that should be developed in childhood education. This analysis guaranteed that there are possibilities in these documents to work with geography in early childhood education. However, it is necessary to think about the teachers' working conditions, training and autonomy.

Keywords: Childhood geography, School geography, Children.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa que visa contribuir na reflexão da Geografia na Educação Infantil. A Geografia Escolar é uma das principais formas da sociedade conhecer a ciência geográfica e entender sua importância. Na Educação Básica, partindo dos documentos curriculares nacionais, a geografia possui um espaço definido no ensino fundamental I e II, no ensino médio pertence a uma área de conhecimento, fato que enfraquece sua abordagem na escola. Na educação infantil, não temos uma organização por componente disciplinar, mas é possível identificar a ciência geográfica em diversos momentos nos documentos curriculares nacionais.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como as políticas curriculares federais abrem possibilidades para se trabalhar o conteúdo de Geografia na Educação Infantil, já que nesta etapa da educação a Geografia não é considerada como um campo específico do conhecimento, como acontece com as demais etapas.

Para alcançar este objetivo, foi realizada uma análise documental do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A escolha destes dois documentos se pautou por serem os dois documentos curriculares mais recentes da Educação Infantil e a análise deles possibilitam um entendimento do comportamento da Educação Infantil no Brasil em um espaço de tempo de 19 anos.

Antes de apresentar o resultado das análises dos documentos, apresentamos uma reflexão, resultado de levantamento bibliográfico sobre a importância da geografia na educação infantil, ressaltando a importância da Geografia da Infância e as diferentes possibilidades de abordagem da geografia na educação infantil.

Em seguida, apresentamos o resultado da análise dos dois importantes documentos para a Educação Infantil: o primeiro é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), e o segundo documento é a Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017). Por fim, refletimos sobre a presença da Geografia no RCNEI e na BNCC, abordando a importância da Geografia na Educação Infantil, onde ela está inserida, como as crianças podem perceber as primeiras noções geográficas, como as relações topológicas etc.

A pesquisa nos permite afirmar que existe uma ampla possibilidade de abordar a ciência geográfica na educação infantil, mas esse processo depende da forma como o currículo se organiza e das condições de trabalho e de formação das professoras e dos professores.

2. METODOLOGIA

Este texto é resultado de uma pesquisa que teve como técnica principal a análise de documento, sendo analisado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular, parte destinada à Educação Infantil.

Destaca-se, neste trabalho, o uso da análise documental, que se refere à pesquisa documental, que utiliza, em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p.57)

A análise documental necessita de interpretação, que será conduzida pelo conhecimento teórico que o pesquisador apresenta.

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. May (2004) diz que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDAN, 2009, p.10)

A análise do RCNEI e da BNCC da educação infantil teve como foco identificar e compreender como esses documentos curriculares possibilitam ou não a abordagem do conteúdo da Ciência Geográfica nesta etapa da educação básica.

Para complementar a análise, foi realizado levantamento e análise de bibliografia que abordam a educação infantil, a geografia da infância e a geografia na educação infantil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. A importância e o papel da Geografia na Educação Infantil

A educação infantil é muito importante para o desenvolvimento das crianças, pois contribui de forma significativa para o desenvolvimento social e cognitivo, seja através de atividades e brincadeiras propostas ou mesmo pelas interações com pessoas ou espaço, no qual estão inseridas. Atitudes e procedimentos como vestir-se, pular, andar, estabelecer comunicação verbal, fazer amizades, orientar-se no espaço, que a princípio pode aparentar ser simples, para as crianças pode ser tarefas muito complexas e necessita do auxílio dos professores e profissionais envolvidos na Educação Infantil. Por meio da mediação dessas atividades, as crianças passam a desenvolver autonomia e começam a adquirir o contexto cultural e social de que fazem parte.

A Educação Infantil como etapa inicial da educação básica é de extrema importância para o desenvolvimento das habilidades que possibilitarão a compreensão e interiorização do mundo humano pela criança, neste sentido é essencial trabalhar atividades operacionais, pois é a partir da interação com o meio, determinado por um ato intencional e dirigido do professor que a criança aprende (DUARTE; BATISTA, 2015, p.292)

Duarte e Batista (2015, p. 304) ainda apontam que, “aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o nascimento da criança, sendo os atos intelectuais decorrentes de práticas sociais, assim, o indivíduo se faz humano apropriando-se da humanidade produzida historicamente”. Esse aprendizado acontece nos ambientes que a criança vivencia bem como nas unidades educacionais.

Essa interação das crianças com o espaço em seu processo de desenvolvimento tem despertado interesse de pesquisadores da Ciência Geográfica, que denominaram esse recorte de estudos de Geografia da Infância:

À Geografia da Infância atribui-se “ler” a infância através do espaço geográfico e de suas expressões, tais como a paisagem, o território, os lugares, as redes, entre outros. É também o reconhecimento de que as crianças apresentam seus protagonismos geográficos, na interface dos mundos infantis e mundos adultos. (LOPES; COSTA, 2017, p.105)

Lopes, juntamente com Vasconcelos, também destaca a importância de compreender a existência de diferentes contextos de infância, produzida por diferentes arranjos sociais e culturais, que são capazes de produzir diversas infâncias em diferentes espaços:

Dessa forma, a geografia da infância tem como questão básica a compreensão da infância em seus diferentes contextos, ou seja como os arranjos sociais, culturais, produzem as infâncias em seus diferentes espaços e tempos e como as crianças ao se apropriarem dessas dimensões sociais, as reconfiguram, as reconstróem, e ao se criarem, criam suas diferentes geografias. (LOPES; VASCONCELOS, 2006, p.122)

Já Paula e Lopes destacam que as crianças fazem parte de diversas redes sociais que são constantemente delimitadas espacialmente pelos adultos, que determinam quais são os lugares permitidos ou proibidos a elas, ou seja, lugar das crianças, na maioria das vezes, é definido por uma lógica adultocêntrica.

Mesmo que essa determinação seja em alguns casos baseada nas demandas infantis, são os adultos que estabelecem os limites e as fronteiras. O lugar das crianças é definido por uma lógica adultocêntrica, com uma visão muitas vezes reducionista que as concebe como incompletas. Mas, ainda que lugares para as crianças sejam designados pelos adultos, elas se apoderam desses lugares, os rearranjam e os reconstituem, construindo suas geografias. (PAULA; LOPES, 2019, p. 01)

Um destes espaços que é construído por uma lógica adultocêntrica e que a criança frequenta obrigatoriamente, de acordo com a Lei, nº 12.796, de 4 de abril de 2013, a partir

de 4 anos, são as unidades educacionais destinadas à educação infantil. Apesar da obrigatoriedade da frequência das crianças apenas a partir de 4 anos, é importante ressaltar que muitas famílias necessitam que suas crianças frequentem as unidades educacionais desde os 4 meses, pois precisam retornar ao trabalho após a licença maternidade. Desta forma, a primeira etapa da educação, a educação infantil, é compreendida entre a faixa etária entre 0 anos e 3 anos (creches), que é não obrigatória, e 4 anos e 5 anos (pré-escolar), que é obrigatória.

Vasconcelos considera os múltiplos espaços no qual as crianças estão inseridas. Desse modo, a autora aponta que:

A infância, portanto, dá-se em um amplo espaço de negociação que implica a produção de culturas de criança, do lugar, dos lugares destinados às crianças pelo mundo adulto, das territorialidades de criança e das instituições que regulamentam a infância, da relação da criança com a produção e consumo da cultura de massa e cultura popular. O espaço percebido como dimensão social é a contemporaneidade. Lugar de mediações das diferenças. É no chão do território que se mediam essas relações. Pois é o espaço que nos impõe a questão da convivência, é ele o lugar das coisas mudando. (VASCONCELLOS, 2006, p.15)

Dentro deste contexto é importante ressaltar que a geografia está presente na vida da criança desde o seu nascimento, e ela é um agente produtor do espaço geográfico, seja direta ou indiretamente, seja por meio da sua territorialidade criadas por elas ou por meio dos territórios que os adultos constroem para atender as crianças. Essa análise reforça a importância de se ensinar geografia desde a educação infantil até o ensino médio.

Inicialmente, Lopes expõe que a criança consegue apenas perceber o espaço através de seu próprio corpo, posteriormente, as relações espaciais se desenvolvem e se tornam mais complexas.

Dessa forma, inicialmente, a criança consegue apenas perceber o espaço através de seu próprio corpo em contato com objetos, utilizando os sentidos. Num primeiro momento, o seu espaço é de vivência: compõe-se dos lugares onde brinca, passeia e dos objetos que aí existem e que ela utiliza. As relações espaciais se desenvolvem e se tornam mais complexas à medida que ela amplia seu espaço de ação. (LOPES, 2013, p.287)

Para Vasconcelos e Carvalho (2018, p.342), “A geografia é uma área da ciência de soberana relevância, sobretudo na educação infantil, pois nessa fase a criança precisa explorar o mundo que a rodeia como forma de orientar-se, localizar-se, deslocar-se e agir no meio”.

Adentramos um pouco mais na questão de como as crianças da educação infantil podem aprender conteúdos inerentes à Geografia, mesmo que elas não tenham a ideia clara dos termos técnicos e científicos por trás de alguns termos comuns à comunidade dos

geógrafos. Salientamos que a intenção não é pensar a criança de forma que ela saiba termos técnicos e seus conceitos, mesmo porque, para crianças nessa faixa etária, seria inviável e irracional trabalhar dessa maneira. Para Vasconcelos e Carvalho:

O ensino de geografia ao longo da Educação Infantil deve proporcionar aos alunos a construção de conhecimentos, referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionados a conceitos como: territorialidade, tempo, espaço, paisagem, brincar, infância, lugar, ambiente e sociedade, tornando-os sujeitos ativos, construtores do seu próprio conhecimento. A Geografia permite a vivência na aprendizagem. (VASCONCELOS; CARVALHO, 2018, p.345)

A intenção é mostrar que é possível trabalhar conteúdos geográficos de maneira lúdica, por meio de brincadeiras e interações, levando as crianças a desenvolverem as primeiras noções de Geografia, como lateralidade, lugar, sociedade, natureza, entre outros. Para isso, vamos recorrer a alguns autores que estudam essa temática.

Nesse sentido, o ensino de geografia se faz necessário nas primeiras fases da vida com vistas a promover o desenvolvimento cognitivo, corporal, social e cultural do indivíduo bem como contribuir para o entendimento das formas de relacionamento humano e suas ações no ambiente e vice-versa. Logo, pode-se afirmar que a Geografia necessariamente, deve proporcionar a construção de conceitos que possibilitem ao aluno compreender o seu presente e pensar o futuro com responsabilidade, ou ainda, preocupar-se com o futuro através do inconformismo com o presente. Mas esse presente não pode ser visto como algo parado, estático, mas sim em constante movimento e rumo. (VASCONCELOS; CARVALHO, 2018, p.343).

A geografia na educação infantil deve ser abordada de forma crítica e por meio de uma concepção pedagógica crítica, para que assim a criança, por meio das brincadeiras, tenha sua curiosidade e criticidade estimulada e que seja orientada a pensar sobre seu espaço vivido.

3.1.1. Abordagem da Geografia na Educação Infantil

A educação infantil é uma etapa da educação básica em que uma parte é obrigatória e outra não, fato que pode levar ao seguinte questionamento: as crianças que não frequentam a educação infantil antes dos 4 anos podem ter algum prejuízo? Trata-se de uma questão importante que não teremos condições de responder neste texto.

Outro ponto polêmico desta etapa da educação básica é a escolarização. Vasconcelos faz uma crítica à etapa da educação infantil, que muitas vezes é vista de forma escolarizante.

O reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica, bandeira de luta por tantos anos de todos os que militam na educação infantil, trouxe consigo um contrapeso – a escolarização precoce. A educação infantil tornou-se escola, uma “coisa séria”. (VASCONCELLOS, 2006, p.12)

Lopes destaca a importância das brincadeiras. Para ele, por meio das brincadeiras, é possível que a criança se aproprie de diversas representações do espaço.

Em suas brincadeiras as ações coletivas das crianças remetem para atuações no espaço e nos atributos que o formam, inclusive em sua representação: são tampas que se configuram como mapas, passagens que se abrem para outros mundos, objetos que tomam outras funções e uma infinidade de possibilidades vivenciadas entre pares e que demonstram formas singulares junto aos seus espaços. (LOPES, 2009, p.33)

Pieper, abordando a importância da brincadeira, afirma que:

Brincando a criança expressa, analisa, critica, cria, entende e transforma a realidade. É uma forma de ser e estar no mundo de forma original. Através do brincar, a criança adquire habilidades para resolver situações do dia a dia, desenvolvendo a percepção e a sensação do mundo em que vive, estimulando a autoconfiança e conseqüentemente, a autonomia. Ela se desenvolve integralmente com o lúdico, pois aceita, pensa, comunica-se, troca, busca, interage, estabelece relações e constrói conhecimentos. A criança avança nos raciocínios e desenvolve os pensamentos, pois através do brincar, expõe seus sentimentos com maior trivialidade, suas necessidades e seus interesses. As brincadeiras, se bem exploradas contribuem para o desenvolvimento pleno da criança, o que como mencionado anteriormente, terá reflexo na sua vida adulta. (PIEPER, 2015, p.58)

É importante destacar que a brincadeira deve ser mediada de forma que a criança consiga se envolver e se divertir, de tal forma que ela nem perceba que está aprendendo; talvez esse seja o maior desafio dos professores da educação infantil que muitas vezes pressionados pelo currículo prescritivo, engessam e limitam as brincadeiras.

Dentre as diversas relações espaciais desenvolvidas com as crianças ao longo do seu ciclo educacional, destacam-se a Topológica, a Projetiva e a Euclidiana, a primeira certamente é a que mais é trabalhada na educação infantil ou pelo menos deveria ser. Lopes distingue essas três relações da seguinte maneira:

As relações topológicas: são as mais elementares, logo são as primeiras que a criança constrói; são as relações de vizinhança (perto, longe), separação (percepção de que os objetos ocupam lugares distintos no espaço), ordem (sucessão), fechamento (noção de interior e exterior). Relações projetivas: são aquelas que se definem de acordo com o ponto de vista do observador (direita/esquerda). Relações euclidianas ou métricas: são aquelas baseadas nas noções de eixos e de coordenadas, definindo-se com pontos fora do observador. As relações topológicas e projetivas são construídas pela criança no sentido de se situar no espaço e se relacionar com o meio, assegurando maior segurança em seus deslocamentos. Esses conceitos – dentro, acima, à direita, perto, fora, e outros – são essenciais para a etapa posterior. As relações euclidianas permitem fazer localizações utilizando eixos fora do corpo da criança. (LOPES, 2013, p.287-288)

Essas relações espaciais precisam ser trabalhadas de forma a levar a crianças a se desenvolver na prática e, para isso, é necessário que o professor pense em estratégias de ensino que envolvam os alunos.

Conceitos básicos como lateralidade, distância, proporção e lugar também podem ser exploradas na primeira etapa da Educação Básica utilizando-se de recursos lúdicos. Por exemplo, ao falar da região ou da cidade onde as crianças residem, o professor pode utilizar metodologias diversas como contar histórias, produção de maquetes, desenhos e até mesmo pedir para que os alunos contem suas experiências e versões sobre o espaço em que vivem. (VASCONCELOS; CARVALHO, 2018, p.347)

Outra forma interessante de trabalhar a Geografia com as crianças na educação infantil é por meio da contação de histórias. Esse é um dos possíveis recursos lúdicos para essa faixa etária.

A contação de histórias pode ser utilizada como um recurso didático no processo de ensino e de aprendizagem da Geografia na Educação Infantil. Uma vez que se utilizando da contação de histórias é possível trabalhar vários temas da Geografia, de forma eficiente visto que é um recurso acessível, fácil de trabalhar e o mais importante, atende as crianças, ou seja, este recurso proporciona o envolvimento da criança nos processos de ensino e de aprendizagem. (SILVA, 2014, p.47)

As crianças podem aprender muito, sem necessariamente saber que estamos falando diversos assuntos geográficos ou mesmo para além da Geografia.

É através de uma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica... é ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula. (ABRAMOVICH 1997, p.17 Apud SILVA, 2014, p.41)

A utilização de histórias é uma alternativa para trabalhar a Geografia na Educação Infantil. Marandola e Marandola Jr. (2005) apontam que por meio das histórias infantis podemos enriquecer o conhecimento das crianças a respeito de si mesmas e do mundo que as cerca, estimulando sua capacidade de raciocínio e de relacionar fatos, pessoas, objetos e ações no tempo e no espaço. Para esses autores:

A recriação de lugares por meio da literatura e de desenhos é uma forma de exercitar várias das utopias que a educação contemporânea tem buscado alcançar, colocando em relevo a experiência das crianças e estimulando a criticidade, a criatividade, a autonomia e o autoconhecimento. Nessa direção, a internalização dos conhecimentos geográficos na prática educativa dos professores de educação infantil merece maior atenção, tanto por parte dos educadores desse nível de ensino quanto dos dedicados à geografia. A confluência dessas duas áreas no esforço de pensar a educação e o desenvolvimento cognitivo das crianças, desde seu começo, é um passo importante que pode constituir-se em um feixe a mais que fortaleça a luz lançada sobre o homem em sua relação recíproca com o mundo, com a sociedade e consigo mesmo, sublinhando as duas "ações" constituintes do ser, do ente e do próprio mundo: razão e imaginação. (MARANDOLA; MARANDOLA JR, 2005, p.18)

O desenho já é um recurso muito presente na educação infantil e pensando na geografia, articulamos o desenho à representação espacial e sua potencialidade para o

professor analisar a dimensão espacial desenvolvida pelo aluno e também aspectos culturais de sua vivência.

Nos desenhos, podemos encontrar diversos códigos culturais, às vezes contraditórios, mas que fazem parte da vida das crianças: sua cultura familiar e escolar, a cultura local, global e nacional. Diversos espaços e tempos são cruzados, amalgamados, escalas diversas encontram-se nas fronteiras, sobrepõem-se. As crianças não reproduzem linearmente as formas que percebem nos seus contextos de socialização, elas os interpretam, elas ressignificam e dão aos desenhos formas plásticas próprias que mostram suas visões particulares e singulares sobre o mundo. (LOPES; MARTIN, 2019, p.638)

Paula e Lopes (2019) afirmam que podemos perceber a Geografia por meio das representações feitas pelas crianças a partir dos desenhos. Todavia, eles salientam que devemos nos atentar na análise desses desenhos. Esses autores expõem que as representações podem ser construídas a partir da própria realidade. E existem quatro pontos importantes a serem observados.

Primeiro, a imaginação não surge do nada, pois se constrói a partir da própria realidade e a partir das experiências anteriores dos sujeitos: o que criamos é uma combinação dos elementos que retiramos da realidade, os modificando e os reelaborando em nossa imaginação. (PAULA; LOPES, 2019, p. 04)

Outro ponto que devemos nos atentar é que essas representações podem ser fruto de algo ouvido, visto ou narrado por outras pessoas.

A segunda forma não está ligada diretamente à experiência do sujeito na realidade. Pode ser fruto de algo ouvido, visto ou narrado por outras pessoas. Para Vigotski (2009), esse tipo de criação só acontece devido à experiência de outrem ou à experiência social. Precisamos das vivências alheias para construir nossas criações sobre algo ao qual não tivemos contato direto. No primeiro caso, a partir da realidade e da experiência, o sujeito cria. No segundo, a experiência é possibilitada pela imaginação. (PAULA; LOPES, 2019, p. 04)

Também devemos levar em consideração os sentimentos e emoções das crianças presentes.

A terceira forma possui um caráter emocional. Os sentimentos e emoções dos sujeitos têm a propensão de se materializar internamente em imagens, mesmo que na realidade as imagens não tenham uma relação direta, pois a única coisa que as une é o estado de ânimo do sujeito. Sentimentos interferem na imaginação, mas também acontece o contrário: o que criamos influencia nossos sentimentos. Mesmo que essa influência parta da imaginação, o sentimento que provoca é real. (PAULA; LOPES, 2019, p. 04)

Por fim, eles salientam sobre a construção completamente nova que toma forma na realidade, influenciando-a e aos sujeitos que nela habitam.

A última forma é quando a criação é algo completamente novo, que não fez parte de uma vivência anterior, seja do sujeito seja de outras pessoas. Essa construção completamente nova toma forma na realidade, influenciando-a e aos sujeitos que nela habitam. (PAULA; LOPES, 2019, p. 05)

O desenho abre uma série de possibilidades para trabalhar a Geografia na educação infantil, pois, além da realidade, a emoção e criação apresentada nos desenhos podem revelar muito sobre a relação da criança com o espaço vivido.

Outro caminho para se trabalhar a geografia apontado por Vasconcelos e Carvalho são os jogos e brincadeiras propostas (com intenção).

A aproximação entre o cotidiano dos alunos e os jogos contribui para uma aprendizagem mais significativa fazendo com que a criança aprenda com mais facilidade. De acordo com Breda (2013) o jogo no ensino de geografia contribui para o desenvolvimento de noções cartográficas de forma espontânea que são essenciais à criança, pois ajuda na sua localização, orientação e representação do espaço, sendo este real ou representativo. (VASCONCELOS; CARVALHO, 2018, p.346)

Também existem os jogos espontâneos, onde as próprias crianças podem propor e fazer suas próprias descobertas. Segundo Vasconcelos, a rotina limitada da escola e os currículos prescritivos limitam o professor a realizar esta atividade.

Para desenvolver essa geografia na Educação Infantil, é necessária uma série de condições que vão desde a formação dos professores, às condições de trabalho, às condições das famílias das crianças e ao currículo. Nesta pesquisa, o foco será a análise do currículo, por meio dos documentos curriculares federais que influenciam diretamente na construção dos currículos municipais.

Contribuindo nesta questão, Lopes faz um apontamento em relação aos currículos. Para Lopes, não deve existir o reducionismo baseando o conhecimento somente nas vivências do aluno. Dessa forma, devemos pensar o currículo de outra forma. Para ele:

Pensar em um currículo que amplie a experiência, ou ultrapassar as próprias fronteiras não significa “partir da realidade da criança” em sentido literal, até porque essa é inacessível. Ela pertence apenas a ela (sua vivência). Mas, pensar em intencionalidades e escolhas pedagógicas (quer sejam diretas, quer sejam narradas) que criem a potência, a iminência (Zona de Desenvolvimento Iminente), que permitam às crianças mobilizarem suas vivências para a produção de novas significações, é ato responsivo com o outro (BAKHTIN, 2012). Esse outro que permite um alargamento no mundo. Não existe álbi (idem)! É preciso acontecimentos! (LOPES, 2017, p. 228)

Para entender melhor a importância do currículo na educação infantil, no próximo item será apresentada uma análise do RCNEI e da BNCC, políticas educacionais curriculares que norteiam a elaboração do currículo nesta etapa da educação.

3.2. A Geografia nos documentos curriculares nacionais da Educação Infantil

Nessa etapa da pesquisa, iremos realizar uma breve análise de dois importantes documentos no âmbito da Educação Infantil. Esses documentos são: o Referencial

Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017. Faremos a apresentação desses dois documentos de modo geral e, posteriormente, realizaremos a análise dos documentos pensando a questão da Geografia presente na Educação Infantil, apresentando as possibilidades e limitações que tais documentos apresentam para trabalhar os conteúdos da Geografia.

Ressaltamos que não foi possível realizar uma análise comparativa linear entre os dois documentos, pois, apesar de terem foco na Educação Infantil, apresentam estrutura organizacional muito diferente, consequência do período de elaboração e da concepção de educação de cada um destes documentos.

3.2.1. A Educação Infantil, o RCNEI e a Geografia

Iniciaremos apresentando o RCNEI. Tal documento foi publicado em 1998 e é constituído por três volumes. Cada volume possui uma temática com orientações e possibilidades de como trabalhar diversos conteúdos na Educação Infantil.

O primeiro volume é considerado introdutório e apresenta algumas características do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, tanto para os profissionais da área, como para pessoas que tenham interesse em compreender a forma como era organizado a Educação Infantil naquele momento.

O documento apresenta algumas considerações sobre as concepções do que são creches e pré-escolas, traz a concepção do que é criança, o que é educar, expõe qual o papel do professor de Educação Infantil, apresenta a organização do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e também traz os objetivos gerais da Educação Infantil, destacando a forma como deveria ser as instituições e o projeto educativo e, por fim, expõe a estrutura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, através de um organograma.

Ressalta-se que no ano de 1998, momento em que esse documento foi publicado, a Educação Infantil ainda estava organizada para crianças de zero a seis anos de idade. Posteriormente, houve a promulgação da Lei 13.306/2016, que alterou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na Educação Infantil. Deste modo, a educação Infantil passou a ser vigorada na faixa etária entre zero e cinco anos de idade.

Alguns destaques do primeiro volume vêm em consonância com o que foi discutido até o momento. Logo nas primeiras páginas do documento, em sua apresentação, ele é bem claro em relação à finalidade do primeiro volume. O RCNEI apresenta-se como sendo:

Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. (BRASIL, 1998, p.09)

O RCNEI possui caráter de guia de orientação, que serviu como base para discussões entre profissionais da educação para o planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas educativas desenvolvidas nessa etapa da educação.

A organização do Referencial possui caráter instrumental e didático, devendo os professores ter consciência, em sua prática educativa, que a construção de conhecimentos se processa de maneira integrada e global e que há inter-relações entre os diferentes eixos sugeridos a serem trabalhados com as crianças. Nessa perspectiva, o Referencial é um guia de orientação que deverá servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos. (BRASIL, 1998, p.09)

O documento considera as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, embasando-se em alguns princípios fundamentais. Tais princípios eram:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, p.15)

Esse documento auxilia no rompimento da ideia assistencialista muito presente na Educação Infantil.

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atender para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (BRASIL, 1998, p.18)

Sintetizando, o primeiro volume do RCNEI (1998) faz a apresentação do documento, expondo-o como um guia orientador para os profissionais da área da educação infantil, considerando as muitas especificidades das crianças, rompendo com a ideia assistencialista presente até então. O Cuidar e Educar pedagógico passam a ter notoriedade, de modo que passa a ser refletidas as múltiplas concepções de crianças,

considerando as interações e brincadeiras como atos norteadores do aprendizado infantil. A realidade na qual cada aluno está inserido é outro ponto valorizado e que passa a ser considerado no ato educacional. As relações interpessoais passam a ser valorizadas e , junto a tudo isso, uma formação sólida de profissionais para atuarem nessa área é primordial e passa a ser reconhecida como essencial para um bom desenvolvimento das crianças.

Existem mais dois volumes do RCNEI. O segundo corresponde à “Formação Pessoal e Social” e o terceiro volume corresponde ao “Conhecimento de Mundo”. Os primeiros dois volumes estão estruturados de acordo com a Figura 1.

O segundo volume do RCNEI possui como tema a “formação pessoal e social”. Essa segunda parte do RCNEI (1998, p.09) é apresentada como “Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social, que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças”.

Esse segundo volume do documento está organizado da seguinte maneira: inicialmente apresenta a sua concepção de construção da identidade e da autonomia com os processos de fusão e diferenciação, construção de vínculos e expressão da sexualidade. O documento apresenta a concepção do que é considerado identidade. Essa concepção é exposta da seguinte maneira.

A identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição (BRASIL,1998, p.14)

A identidade possui uma relação direta com a Geografia, pois é articulada ao espaço vivido e às relações que acontecem nele, ou seja, levar a criança a compreender este espaço é o papel da Geografia.

Já em relação à autonomia, o RCNEI a define da seguinte maneira.

A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é, nessa faixa etária, mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas. Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem. Exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das ideias e dos valores. (BRASIL,1998, p.15)

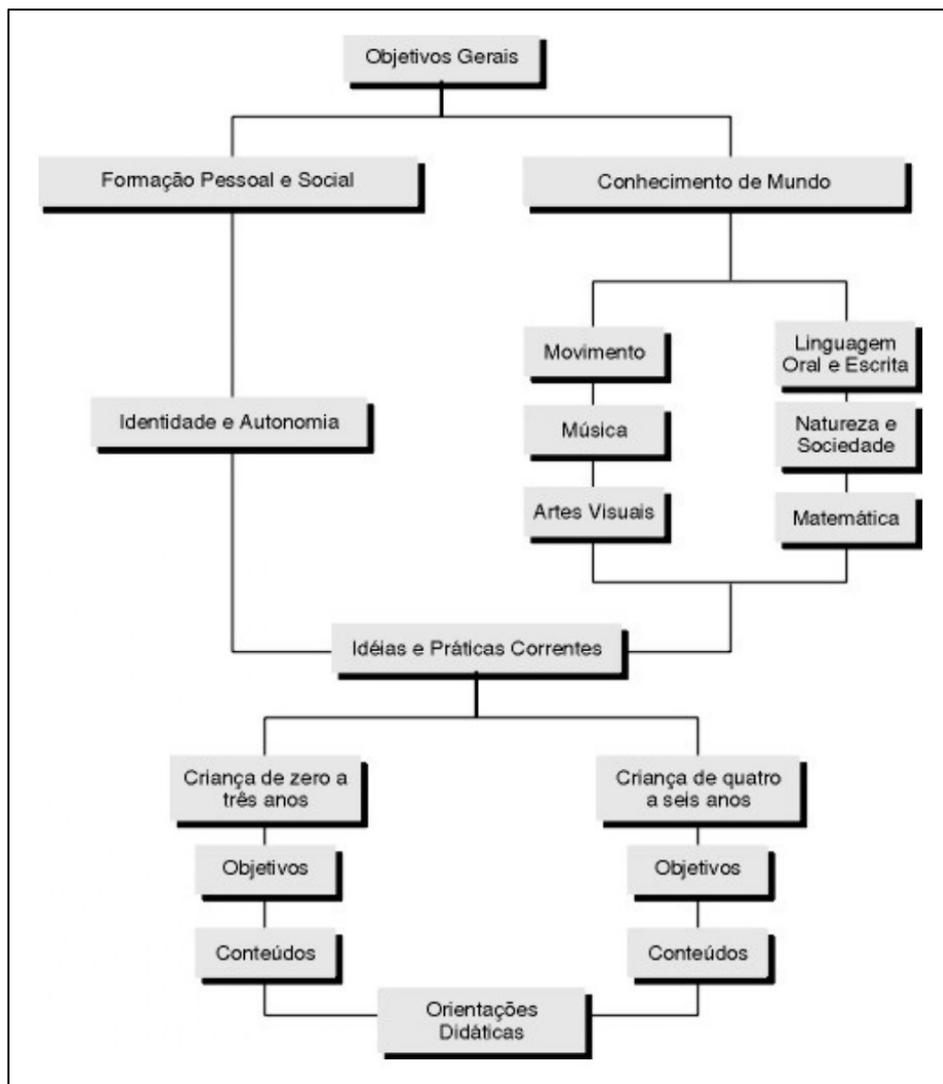


Figura 1 - Estrutura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Fonte: BRASIL, 1998, p.85.

Por meio da compreensão da sua realidade, a criança poderá desenvolver uma autonomia articulada, uma cidadania crítica, onde poderá exigir seus direitos e poder ampliar esses direitos.

Depois, expõe um pouco sobre a aprendizagem, levando em consideração o trabalho desenvolvido por meio de imitação, brincadeiras, oposição (trabalho com as diferenças), tipos de linguagem e apropriação da imagem corporal. Os objetivos e conteúdos apresentados pelo documento estão relacionados à autoestima, escolha, faz-de-conta, interação imagem, cuidados e segurança. Isso também ocorre para crianças de quatro a seis anos, acrescidas de orientações didáticas para trabalhar o nome, imagem, independência e autonomia, respeito à diversidade, identidade de gênero, tudo isso através de interação, jogos e brincadeiras. Por fim, traz algumas orientações sobre os cuidados pessoais com as crianças.

É importante destacar que o respeito à diversidade e gênero são temáticas com muito potencial para serem abordadas por meio da geografia, mostrando como a produção do espaço interfere nestas questões.

Além disso, o segundo volume do RCNEI traz algumas orientações gerais para o professor, de como trabalhar com os jogos e brincadeiras, organizando um ambiente, de cuidados essenciais, proteção, alimentação, cuidados com os dentes, banho, troca de fraldas, sono e repouso, organização do tempo, atividades permanentes, sequência de atividades, projetos, observação, registro e avaliação formativa.

Já o terceiro volume do RCNEI traz discussões referentes ao conhecimento de mundo.

Um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. (BRASIL, 1998, p.09)

Esse volume aparentemente é o que mais se aproxima dos conteúdos geográficos, não que os outros não possam ser explorados do ponto de vista geográfico. Por exemplo, quando pensamos a questão da linguagem, podemos pensar pelo viés da linguagem construída e adquirida socialmente através da interação ao longo do tempo e esse pode ser um objeto de estudo da Geografia. Desse modo, podemos destacar que os volumes 1 e 2 podem apresentar singularidade implícita com a Geografia, uma vez que muitos dos conteúdos estão intrinsecamente ligados com os temas/conteúdos da Geografia, mesmo que de maneira indireta.

Este volume do RCNEI é o mais extenso, com duzentas e cinquenta e três páginas. O volume está organizado em seis partes: a primeira parte são orientações sobre como trabalhar o movimento com as crianças da Educação Infantil, a segunda parte sobre como trabalhar a Música na Educação Infantil, terceira parte sobre como trabalhar as Artes Visuais na educação infantil, a quarta parte sobre como trabalhar a Linguagem Oral e Escrita na Educação Infantil, a quinta parte sobre como trabalhar a Natureza e Sociedade e a sexta e última parte é sobre a Matemática na Educação Infantil.

Vamos fazer uma breve explanação da concepção de como o documento apresenta cada uma dessas temáticas e, posteriormente, discutiremos mais profundamente sobre a temática natureza e sociedade, uma vez que entendemos que essa parte do documento é a que mais se aproxima diretamente da Geografia, pois muitos dos conteúdos contidos nele são objetos de estudo diretamente ligados à Geografia.

Sobre o Movimento com as crianças da Educação Infantil:

O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem, adquirindo cada vez maior controle sobre seu próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo. Engatinham, caminham, manuseiam objetos, correm, saltam, brincam sozinhas ou em grupo, com objetos ou brinquedos, experimentando sempre novas maneiras de utilizar seu corpo e seu movimento. Ao movimentar-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais. O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. (BRASIL, 1998, p.16)

No trecho acima é possível perceber o quão importante é o movimento para as crianças na educação infantil. A apropriação e exploração do espaço é indispensável para o desenvolvimento da criança. Neste item, existe a possibilidade de trabalhar a Geografia por meio da interação com o espaço e sua apropriação, e também é possível trabalhar o desenvolvimento do raciocínio espacial por meio das relações topológicas e projetivas. Nesse quesito, podemos trabalhar noções espaciais tão fundamentais para todos nós.

Sobre a Música na educação infantil:

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. Faz parte da educação desde há muito tempo, sendo que, já na Grécia antiga, era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos, ao lado da matemática e da filosofia. (BRASIL, 1998, p.44)

A música, sem dúvidas, também é essencial no desenvolvimento das crianças. Nas instituições de Educação Infantil, as crianças podem ter a possibilidade de junto com outras crianças descobrirem diversos e variados ritmos e sons musicais de sua própria cultura, como também de outras culturas. Muitas músicas relatam algo que aconteceu em um determinado espaço geográfico e existem muitas pesquisas que comprovam que a música é um importante recurso para trabalhar geografia.

Sobre as Artes Visuais na educação infantil:

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, tanto bidimensional como tridimensional, além de volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, na gravura, na arquitetura, nos brinquedos, bordados, entalhes etc. O movimento, o equilíbrio, o ritmo, a harmonia, o contraste, a continuidade, a proximidade e a semelhança são atributos da criação artística. A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, intuitivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo às Artes Visuais. (BRASIL, 1998, p.79)

Além das manifestações culturais presente nas artes visuais, também é por meios dos desenhos e representações artísticas que as crianças têm a possibilidade de representarem o espaço no qual elas estão inseridas, sendo também muito importante para a abordagem da geografia

Sobre a Linguagem Oral e Escrita na educação infantil:

Aprender uma língua não é somente aprender as palavras, mas também os seus significados culturais, e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio sociocultural entendem, interpretam e representam a realidade. (BRASIL,1998, p.110)

A linguagem, seja ela oral ou escrita, é o poder de comunicação da sociedade humana. Por meio dela, as pessoas conseguem se comunicar e expressar-se das mais variadas maneiras possíveis. E quanto maior for o arcabouço que as crianças tiverem, melhor será seu poder de expressão. A linguagem pode acontecer nos mais variados momentos possíveis, assim, pode ocorrer por meio de discussões, poesias, conversas, leituras de historinhas, música, fantoches, teatro, exposições, entre outros meios que possibilitam que a criança socialize e desenvolva o seu poder de comunicação, que é essencial para avançar na interpretação da realidade.

Sobre Matemática na educação infantil:

As crianças participam de uma série de situações envolvendo números, relações entre quantidades, noções sobre espaço. Utilizando recursos próprios e pouco convencionais, elas recorrem à contagem e operações para resolver problemas cotidianos, como conferir figurinhas, marcar e controlar os pontos de um jogo, repartir as balas entre os amigos, mostrar com os dedos a idade, manipular o dinheiro e operar com ele etc. Também observam e atuam no espaço ao seu redor e, aos poucos, vão organizando seus deslocamentos, descobrindo caminhos, estabelecendo sistemas de referência, identificando posições e comparando distâncias. Essa vivência inicial favorece a elaboração de conhecimentos matemáticos. Fazer matemática é expor ideias próprias, escutar as dos outros, formular e comunicar procedimentos de resolução de problemas, confrontar, argumentar e procurar validar seu ponto de vista, antecipar resultados de experiências não realizadas, aceitar erros, buscar dados que faltam para resolver problemas, entre outras coisas. Dessa forma as crianças poderão tomar decisões, agindo como produtoras de conhecimento e não apenas executoras de instruções. Portanto, o trabalho com a Matemática pode contribuir para a formação de cidadãos autônomos, capazes de pensar por conta própria, sabendo resolver problemas. (BRASIL,1998, p.195)

Diferentemente do que podemos pensar quando falamos a palavra Matemática, na Educação Infantil não é trabalhado com as crianças cálculos, equações ou funções complexas. O Intuito da Matemática nessa faixa etária é apresentar as primeiras noções matemáticas, como grandezas, volumes, entre outras. Pensando especificamente a Geografia, alguns conceitos são primordiais para o desenvolvimento de algumas habilidades do futuro. As relações espaciais (em cima, de baixo, de lado), assim como

noções de posição, distância e tempo, entre outras, são muito importantes e são trabalhadas no eixo Matemática. Podemos perceber que existem a possibilidade de desenvolver a Geografia por diversas formas.

O tópico sociedade e natureza, presente no RCNEI, contém quarenta e duas páginas, nas quais apresenta diversas orientações de como o professor pode trabalhar a temática sociedade e natureza com as crianças.

Sobre a natureza e sociedade na educação infantil:

O mundo onde as crianças vivem se constitui em um conjunto de fenômenos naturais e sociais indissociáveis diante do qual elas se mostram curiosas e investigativas. Desde muito pequenas, pela interação com o meio natural e social no qual vivem, as crianças aprendem sobre o mundo, fazendo perguntas e procurando respostas às suas indagações e questões. Como integrantes de grupos socioculturais singulares, vivenciam experiências e interagem num contexto de conceitos, valores, ideias, objetos e representações sobre os mais diversos temas a que têm acesso na vida cotidiana, construindo um conjunto de conhecimentos sobre o mundo que as cerca. (BRASIL, 1998, p.152)

Compreender a inter-relação entre homem-natureza é o objeto de estudo da geografia, por isso este eixo potencializa o trabalho com essa ciência. Isso pode acontecer por meio de atividades simples que proporcionem à criança a possibilidade de tocar, provar e pensar sobre os fatos que a rodeiam e que estão diretamente relacionados com a sociedade e a natureza e por meio deste processo começar a compreender a produção do espaço que está inserida.

Logo no início desse eixo, o documento já expõe de forma bastante clara sobre a temática e a forma de trabalhar esse assunto na Educação Infantil.

O eixo de trabalho denominado Natureza e Sociedade reúne temas pertinentes ao mundo social e natural. A intenção é que o trabalho ocorra de forma integrada, ao mesmo tempo em que são respeitadas as especificidades das fontes, abordagens e enfoques advindos dos diferentes campos das Ciências Humanas e Naturais. (BRASIL, 1998, p.163)

Destaca-se como deveriam ser os trabalhos e os conhecimentos derivados das Ciências Humanas e Naturais nessa etapa da educação, considerando a pluralidade de fenômenos e acontecimentos físicos, biológicos, geográficos, históricos e culturais. O documento ressalta a importância da criança com o mundo, de experimentar, expressar e comunicar, interagindo e compartilhando novos conhecimentos.

Nos primeiros anos de vida, o contato com o mundo permite à criança construir conhecimentos práticos sobre seu entorno, relacionados à sua capacidade de perceber a existência de objetos, seres, formas, cores, sons, odores, de movimentar-se nos espaços e de manipular os objetos. Experimenta expressar e comunicar seus desejos e emoções, atribuindo as primeiras significações para os elementos do mundo e realizando ações cada vez mais coordenadas e intencionais,

em constante interação com outras pessoas com quem compartilhar novos conhecimentos. (BRASIL, 1998, p.169)

Esse processo pode ser o início para a criança se entender como um agente produtor do espaço geográfico, o qual muitas vezes ela se apropria e subverte a ordem criada pelo adulto.

Destaca também a importância do aprender através das brincadeiras, como o faz-de-conta, a importância das relações para compreender os diversos fenômenos do mundo social e natural.

É preciso também considerar que a complexidade dos diversos fenômenos do mundo social e natural nem sempre pode ser captada de forma imediata. Muitas relações só se tornam evidentes na medida em que novos fatos são conhecidos, permitindo que novas ideias surjam. Por meio de algumas perguntas e da colocação de algumas dúvidas pelo professor, as crianças poderão aprender a observar seu entorno de forma mais intencional e a descrever os elementos que o caracterizam, percebendo múltiplas relações que se estabelecem e que podem, igualmente, ser estabelecidas com outros lugares e tempos. (BRASIL, 1998, p.172)

Observar, descrever, representar, analisar, relacionar são procedimentos importantes para o ensino de geografia, pois é a partir deles que o espaço passa a ser destrinchado em busca de respostas sobre os fenômenos que se desenvolveram nele, por isso, como o próprio documento afirma é preciso estruturar o trabalho de forma a escolher os assuntos mais relevantes para as crianças e o seu grupo social.

Dentro do eixo sociedade e natureza, o RCNEI traz um objetivo para as crianças de zero a três anos, que é: “Explorar o ambiente, para que possa se relacionar com pessoas, estabelecer contato com pequenos animais, com plantas e com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse” (BRASIL, 1998, p.175)

Por meio deste objetivo, já é possível mediar que existe um tempo da natureza e um tempo humano, e que a sociedade se construiu articulando esses dois tempos em suas diferentes atividades.

Já para os objetivos para as crianças de quatro a seis anos, além desse mencionado anteriormente, as crianças deveriam aprofundar mais o conhecimento por meio desses outros objetivos:

- interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias;
- estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos;
- estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana. (BRASIL, 1998, p.175)

Para alcançar estes objetivos, são indicados conteúdos que estão organizados em cinco blocos, sendo eles: organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar; os lugares e suas paisagens; objetos e processos de transformação; os seres vivos e fenômenos da natureza. A Análise dos objetivos e conteúdos possibilitam afirmar que nesta faixa etária os objetivos já estão mais próximos da ciência geográfica e indicam a necessidade de trabalhar a relação sociedade/natureza em suas diversas dimensões, seja na produção do espaço ou nas consequências desta produção do espaço.

3.2.2. A BNCC, a Educação Infantil e a Geografia

Outro documento analisado foi a Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017). Esse documento não é um currículo, mas serve como referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p.07)

O documento está organizado em dez competências gerais. A competência é definida na BNCC (2017, p.08), como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos) e habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. Ou seja, é um documento curricular que define a concepção de educação pautada na pedagogia das competências.

Destaca-se que, segundo a BNCC, as competências gerais da Educação Básica estão inter-relacionadas e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e articula-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

As dez competências mencionadas são as seguintes:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e

- resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p.09-10)

Esse documento possui seiscentas páginas, que abordam as três etapas da Educação Básica, contudo, iremos analisar somente a parte referente à educação infantil, localizada entre as páginas trinta e cinco e cinquenta e cinco, ou seja, são apenas vinte páginas dedicadas à Educação Infantil.

O esquema organizacional apresentado na BNCC, no que tange à parte da Educação Infantil (Figura 2), parte das dez competências gerais. O documento que foi articulado a partir de seis direitos de aprendizagem (Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se), que são baseados nos eixos estruturantes brincadeiras e interações.

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017, p.38)

É importante questionarmos qual a necessidade, ou melhor, qual a intenção em fragmentar as atividades que serão desenvolvidas com as crianças da forma como a BNCC faz. Será que ao brincar a criança já não está convivendo, explorando, expressando, participando, conhecendo e construindo? Essa fragmentação pode induzir os professores a elaborarem atividades mais mecânicas e menos amplas para as crianças.

A partir dos direitos de aprendizagem, foram organizados cinco campos de experiências (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações). Para cada campo de experiências, são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (Figura 2), que estão organizados em três grupos de diferentes faixas etárias, sendo eles: Bebês, Crianças bem pequenas, Crianças pequenas.

Conforme mencionado acima, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são organizados em três grupos por faixa etária, os Bebês, compreendendo crianças entre 0 a 1 ano e 6 meses, Crianças bem pequenas, entre 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, e Crianças pequenas, entre 4 anos a 5 anos 11 meses.

Existem diversos objetivos dentro de cada campo de experiência. Cada objetivo possui um código único (Figura 3). As duas primeiras letras correspondem ao segmento, posteriormente, os dois números correspondem à faixa etária, depois, as duas letras correspondem ao campo de experiência, e, por fim, os dois números correspondem à sequência do campo de experiência.

Ao todo, são 93 objetivos: 20 objetivos do “campo o eu, o outro e o nós”, 15 objetivos do campo “corpo, gestos e movimentos”, 9 objetivos do campo “traços, sons, cores e formas”, 27 objetivos do campo “escuta, fala, pensamento e imaginação” e 22 objetivos do

campo “traços, sons, cores e formas”. A BNCC apresenta os objetivos nesse Campo de Experiência para as três faixas etárias: Bebês, Crianças bem pequenas e Crianças pequenas.



Figura 2 - Esquema da Organização da educação Infantil, segundo a BNCC.

Fonte: BRASIL, 2017, p. 25.

A BNCC mostra preocupação com o momento de transição e apresenta um quadro síntese de cada campo de experiência que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, como pode ser verificado no quadro 1.

O documento finaliza fazendo uma breve discussão sobre a importância da transição da educação infantil para o ensino fundamental e destaca a importância do uso de relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil.

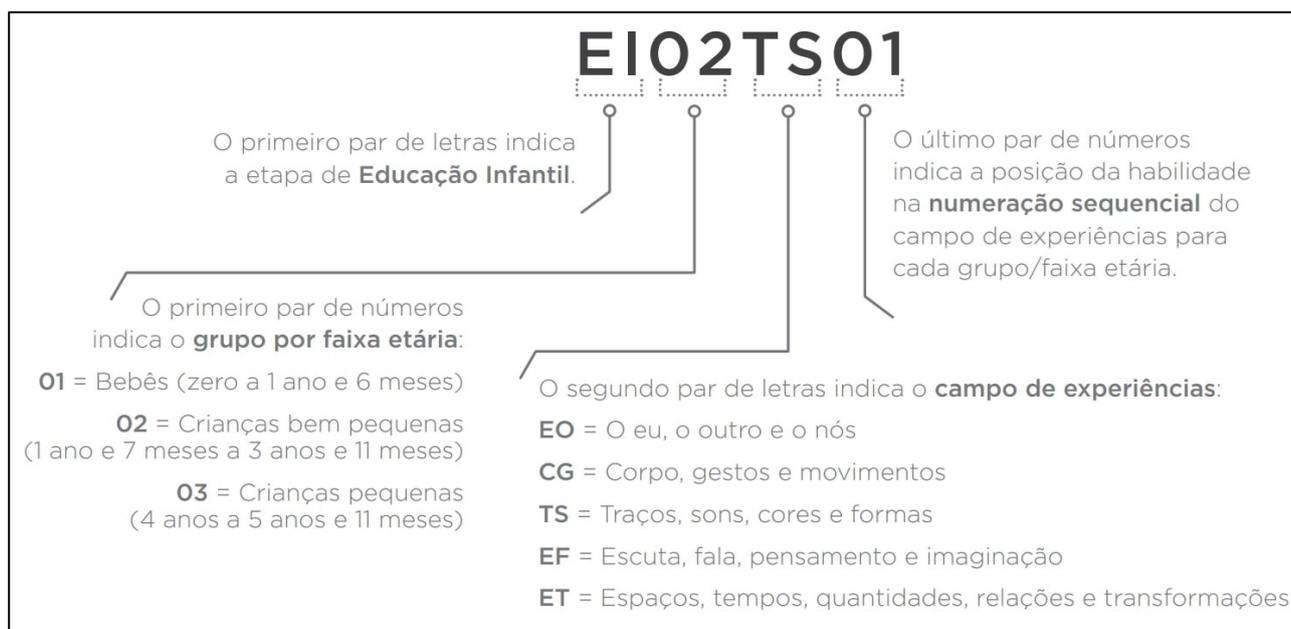


Figura 3 - Esquema organizacional dos códigos dos Objetivos.

Fonte: BNCC, 2017, p. 26.

Ao analisar o quadro síntese das aprendizagens (Quadro 1), é possível perceber que em todos os campos de experiência é possível realizar uma abordagem geográfica, pois envolve a relação com a sociedade e a relação com a natureza, no entanto, no Campo de Experiência “espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, a geografia aparece de forma mais explícita (Quadro 2).

Quadro 01: Quadro síntese das aprendizagens no momento de transição da educação infantil para ensino fundamental.

Os campos de experiências	Síntese das Aprendizagens
O eu, o outro e o nós	Respeitar e expressar sentimentos e emoções. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro.
Corpo, gestos e movimentos	Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis. Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestir-se e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo. Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio. Coordenar suas habilidades manuais.
Traços, sons, cores e formas	Discriminar os diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música, percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva. Expressar-se por meio das artes visuais, utilizando diferentes materiais. Relacionar-se com o outro empregando gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressão corporal.
Escuta, fala, pensamento e imaginação	Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios. Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando sua fala ao contexto em que é produzida. Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas. Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação.
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	Identificar, nomear adequadamente e comparar as propriedades dos objetos, estabelecendo relações entre eles. Interagir com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando curiosidade e cuidado com relação a eles. Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação de suas experiências. Utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois), para responder a necessidades e questões do cotidiano. Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc.).

Fonte: BRASIL, 2017, p. 54-55.

Quadro 2: Alguns objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do Campo de Experiência “Espaços tempos, quantidades, relações e transformações” da BNCC e a proposta de abordagem geográfica.

Objetivos da aprendizagem e desenvolvimento presentes na BNCC	Abordagem geográfica proposta pelos autores
<p>(EI01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura); (EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho); (EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades;</p> <p>(EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas;</p> <p>EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.</p> <p>(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.) e</p> <p>(EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças,</p>	<p>Explorar, descrever, comparar, relacionar são procedimentos essenciais para o ensino de geografia, quando estas ações acontecem explorando o espaço vivido pela criança a geografia passa a ser mais valorizada na educação infantil e pode contribuir para o entendimento das diferenças, semelhanças e contradições.</p>
<p>(EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação;</p> <p>(EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico;</p> <p>(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.);</p> <p>(EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais;</p> <p>(EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela;</p>	<p>É possível abordar com a criança a diferença do ritmo da natureza e do ritmo da sociedade e ressaltar que existe uma dinâmica dos elementos físicos-naturais que a sociedade não tem controle.</p> <p>Importante trazer uma dimensão da relação sociedade natureza de forma que a criança entenda que faz parte da natureza, mas que a ação do ser humano nela pode trazer impactos para a sociedade.</p>
<p>(EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos;</p> <p>(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois)</p> <p>EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea)</p> <p>(EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.</p>	<p>Apresentam a possibilidade de se trabalhar com o pensamento espacial da criança avançando no desenvolvimentos das relações espaciais elementares topológicas e o desenho pode ser utilizado como registros e representação espacial, e a elaboração de gráficos permite uma distribuição espacial dos dados para facilitar a análise dos mesmos avançando no processo de alfabetização cartográfica</p>
<p>(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar);</p> <p>(EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade</p>	<p>Apresentam oportunidades de levar os alunos a pensarem que eles produzem suas histórias e são agentes produtores do espaço geográfico, por meio de suas práticas socioespaciais.</p>
<p>(EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.)</p>	<p>Possibilita trabalhar com os alunos a questão de gênero e começar a desconstrução de alguns preconceitos</p>

Fonte: BNCC, 2017, p.51-52 adaptado pelos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil vem se consolidando enquanto uma importante etapa da Educação Básica. O RCNEI foi um importante instrumento para esse processo, seguindo a obrigatoriedade da frequência das crianças a partir de 4 anos de idade na pré-escola. Os documentos curriculares são importantes neste movimento de consolidação, mas é preciso ressaltar que quando ele se apresenta de forma impositiva, engessa o professor e limita sua criatividade e autonomia.

Existe uma diferença de dezenove anos entre o RCNEI e a BNCC, este espaço de tempo revela mudanças na gestão educacional. O RCNEI, por exemplo, era um documento orientador e formador, a BNCC, por sua vez, é implementada de forma impositiva, pois os professores são obrigados a inserir nos seus planejamentos os objetivos de aprendizagens definidos pela BNCC, tendo sua autonomia limitada. Outra questão importante de se destacar é que a BNCC não apresenta orientações e textos que possibilitem uma formação do professor, pois atende uma concepção de educação onde o professor só precisa cumprir o que foi definido pelo sistema.

Referente à organização do documento, claramente são diferentes, inclusive no que tange ao número de páginas. Muito disso se deve às inúmeras orientações presentes no RCNEI. Na BNCC, percebemos uma massiva redução do número de páginas, sucintamente mostra a sua organização documental praticamente não existindo orientações aos profissionais dessa etapa da educação, além de uma fragmentação dos conteúdos e objetivos a serem trabalhados.

O que fica evidente é a falta de orientação aos profissionais da Educação Infantil na BNCC. Será que todos os profissionais atuantes na Educação Infantil possuem sólida formação e não necessitam das orientações que estavam presentes no RCNEI? E os demais profissionais que trabalham nas instituições, como (os)as auxiliares atuantes nas salas de aula?.

Nos dois documentos, a Geografia está presente. Em algumas passagens dos documentos é possível perceber explicitamente conteúdos de cunho geográfico, já em outros momentos os conteúdos aparecem, contudo, de forma implícita. No RCNEI, há a parte denominada “Natureza e sociedade” que apresenta maior proximidade direta com os conteúdos geográficos; e na BNCC, há a parte “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, sendo a parte que apresenta maior proximidade direta com os conteúdos geográficos. Contudo, se analisarmos mais atentamente, podemos perceber diversos objetivos propostos em outras partes do documento que podem apresentar implicitamente

ou indiretamente conteúdos geográficos. Ou seja, o documento não faz menção à geografia e a abordagem dos conteúdos desta ciência dependerá da forma como o professor entende a geografia e como desenvolveu seu olhar geográfico, no entanto, ao trazer "Natureza e Sociedade", o RCNEI amplia a possibilidade de trabalhar geografia.

Fortalecer a formação inicial e continuada é de fundamental importância para que os profissionais da Educação Infantil possam desenvolver o conhecimento necessário para perceber as possibilidades existentes presentes na Geografia. A constante formação desses profissionais pode ocorrer de diversas formas e é indispensável, pois propicia sanar muitas das dificuldades no desenvolvimento do seu trabalho.

Por meio desta pesquisa, foi possível afirmar a importância e o papel da Geografia na Educação Infantil, pois com ela é possível avançar em diversos aspectos do desenvolvimento das crianças, principalmente no que se refere ao pensamento geográfico que futuramente possibilitará uma leitura de mundo crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2017. 58p.

BRASIL.Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL.MEC. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, Plano Nacional de Educação, v. 1, 2, 3. Brasília: MEC, 1998.

DUARTE, B. S.; BATISTA, C. V. M. Desenvolvimento infantil: Importância das atividades operacionais na educação infantil. In: SEMANA DA EDUCAÇÃO E SIMPÓSIO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. 16., 2015. Londrina. **Anais...** Londrina, 2015. p. 292-306.

LOPES, J. J. M.; MARTIN, M. R. P. Os espaços do brincar em uma escola sem brinquedos: o que nos falam as crianças? **Revista educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 69 p. 625-649, 2019.

LOPES, J. J. M.; VASCONCELLOS T. Geografia da infância: Territorialidades Infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p.103-127, 2006.

LOPES, J. J. M. As crianças, suas infâncias e suas histórias: mas por onde andam suas geografias? **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31-44, 2009.

LOPES, J. J. M. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, 2013.

LOPES, J. J. M. Um currículo por “coetanidades, alteridades e vivências” em geografia: alguns fundamentos e apontamentos para o debate. In: ASCENÇÃO, V. O. R. *et al.* (Orgs.). **Conhecimentos da Geografia: Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica**. Belo Horizonte, 2017.

LOPES, J. J. M.; COSTA B. M. F. Geografia da infância: onde encontramos as crianças? **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial, p.101-118. 2017.

LOPES, J. J. M.; VASCONCELOS, T. Geografia da infância: Territorialidades Infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 103-127, 2006.

MARANDOLA, A. C.; MARANDOLA JR, E. Conversando e Contando Histórias, Recriando Lugares: Geografia, Literatura e Educação Infantil. **Revista Criança do professor de educação infantil**, n. 38, 2005.

PAULA, S. R. V.; LOPES, J. M. Mapas vivenciais e a criação geográfica na infância: alguns apontamentos. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA SOBRE AS CRIANÇAS, JOVENS E FAMÍLIAS. 6., 2019. Campinas. **Anais...** Campinas, 2019.

PIEPER, C. I. **A geografia e a educação infantil: as estratégias de formação do professor pelos poderes públicos municipal e estadual na região da 5ª coordenadoria regional de educação**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones**, v. 14, n. 1, p. 55-73, 2015.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 15, 2019.

SILVA, L. M. Contação de histórias na educação infantil: um recurso didático para ensinar geografia. **Revista Eletrônica de Geografia Territorium Terram**, v. 02, n. 04, p. 39-49, 2014.

VASCONCELLOS, T. Criança do Lugar e Lugar de Criança, In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006. Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006.

VASCONCELOS, C. A.; CARVALHO; D. M. Contextualizando o ensino de geografia na educação infantil. In: FÓRUM NACIONAL NEPEG, 9., 2018. Caldas Novas. **Anais...** Caldas Novas: NEPEG, 2018.

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023